

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

DANRLEY FÁBIO DA COSTA

**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE FOZ DO  
IGUAÇU**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

DANRLEY FÁBIO DA COSTA



**OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE FOZ DO  
IGUAÇU**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Me. Cidmar Ortiz dos Santos.

MEDIANEIRA

2020



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os Desafios da Implementação do Projeto Político-Pedagógico em Escolas  
Municipais de Foz do Iguaçu

Por

**Danrley Fábio da Costa**

Esta monografia foi apresentada às 19h50min do dia 18 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Profº. Me. Cidmar Ortiz dos Santos  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientador)

---

Profº. Me. Neron Alipio Cortes Berghauser  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Profº. Me. Nelson Dos Santos  
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico esta pesquisa a todos os professores do Brasil, que lutam pela educação pública, de qualidade e democrática.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelos dons da sabedoria e da ciência, que foram essenciais para que este estudo fosse concluído.

Aos meus pais, que me mostraram desde criança a importância da educação, que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram nos momentos em que poderia desanimar.

Ao meu orientador, professor Dr. Cidimar, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa, que sempre foram dadas de forma cuidadosa e gentil.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Agradeço também aos profissionais da educação que participaram desta pesquisa, que tiraram uma parte de seu tempo para respondê-la e divulgá-la.

Enfim, sou grato a todos que mesmo sem perceber, contribuíram para que os estudos aqui apresentados concluíssem esta pesquisa.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, deve ser feito. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.” (PAULO FREIRE)

## RESUMO

COSTA, Danrley Fábio da. **Os desafios da implementação do projeto político-pedagógico em escolas municipais de Foz do Iguaçu**. 2020. 39 páginas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este estudo objetivou apontar possíveis soluções para tornar a construção do projeto político-pedagógico (PPP) mais democrática dentro das escolas municipais de Foz do Iguaçu. Pois, é este documento que direciona todo o trabalho realizado dentro da escola, por isso há necessidade de ser construído coletivamente. O que acontece muitas vezes, é que por falta de integração entre a escola e a comunidade escolar ou por outros motivos, a escola não se organiza para que haja momentos coletivos de construção do documento, tornando-o não democrático e tendo influência de poucas pessoas em sua construção, correndo o risco de não traduzir a realidade escolar. É pensando nesse cenário, que este estudo pretendeu ser capaz de refletir sobre a construção do PPP nas escolas municipais de Foz, para que então, juntamente com professores e pesquisando grandes autores do tema, pudesse indicar formas de planejar esse momento, para que seja fortalecida a democracia nas escolas do município. Para tanto, o texto foi organizado em quatro momentos: primeiro traz algumas considerações em relação aos conceitos acerca do projeto político-pedagógico. No segundo momento, trata da relação entre a gestão democrática e o projeto político-pedagógico. Já no terceiro momento, apresenta os resultados da pesquisa que foi realizada com os professores sobre o PPP. Por fim, no quarto momento, disserta a cerca de possíveis caminhos para uma construção democrática do projeto político-pedagógico. O que é apresentado neste estudo foi fruto de pesquisas bibliográficas e fundamenta-se essencialmente nas legislações vigentes.

**Palavras-Chave:** Projeto político-pedagógico; Gestão democrática; Construção; Implementação.

## ABSTRACT

COSTA, Danrley Fábio da. **The challenges of implementing the political-pedagogical project in municipal schools in Foz do Iguaçu.** 2020. 38 páginas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This study aims to point out possible solutions to make the construction of the political-pedagogical project more democratic within the municipal schools of Foz do Iguaçu. Because, it is this document that directs all the work done within the school, so there is a need to be built collectively. What often happens is that due to lack of planning or for other reasons, the school does not organize itself so that there are collective moments for the construction of the document, making it non-democratic and I try to influence a few people in its construction, taking the risk of not translating school reality. It is in this scenario, that this study intends to be able to reflect on the construction of the PPP in the schools of Foz, so that then, together with teachers and researching great authors of the theme, it can indicate ways to plan this moment, so that the democracy in the city's schools. For that, the text was organized in four moments: first it brings some considerations in relation to the concepts about the political-pedagogical project. In the second moment, it deals with the relationship between democratic management and the political-pedagogical project, how the construction of the document contributes to the democratization of the school. In the third moment, it seeks to present the results of the research that will be carried out with teachers on the PPP. Finally, in the fourth moment, he intends to talk about possible ways for a democratic construction of the political-pedagogical project. What will be presented in this study will be the result of bibliographic research and will be based essentially on the current legislation and on the author Ilma Passos Veiga. The study will also be the result of applied and quantitative research, which will seek to translate the experiences of teachers in relation to the process of building the PPP into numbers and graphs.

**Keywords:** Political-pedagogical project; Democratic management; Construction; Implementation.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos profissionais referente aos cargos que ocupam.....	26
Gráfico 2 – Publicidade do PPP nas escolas onde os profissionais atuam.....	26
Gráfico 3 – Ano da atualização do PPP nas escolas onde os profissionais atuam...27	
Gráfico 4 – Nível de conhecimento dos profissionais sobre o PPP das escolas onde atuam.....	28
Gráfico 5 – Participação dos profissionais na construção ou atualização do PPP nas escolas onde atuam .....	29
Gráfico 6 – Construção ou atualização coletiva do PPP nas escolas onde os profissionais atuam.....	30
Gráfico 7 – Percepção dos profissionais sobre a existência de democracia dentro das escolas.....	31
Gráfico 8 – Percepção dos profissionais sobre o respeito da gestão em relação às suas ideias, opiniões e sugestões.....	32
Gráfico 9 – Integrantes da comunidade escolar que conhecem o PPP integralmente.....	33

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 Objetivo Geral .....	12
1.1.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
2.1 CONCEITOS ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO .....	14
2.2 A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO .....	16
2.3 POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO .....	20
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>25</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA .....	25
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	25
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	25
3.4 ANÁLISES DOS DADOS – OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU .....	26
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>37</b>
<b>APÊNDICE(S)</b> .....	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico é um documento que contempla as ações que ocorrem dentro de uma escola. Por isso, deve ser construído coletivamente com a participação da comunidade escolar. Porém em algumas escolas de Foz do Iguaçu, o processo de construção apresenta algumas falhas.

Essa necessidade de construção coletiva e de real efetivação das palavras contidas no PPP no cotidiano da escola é de fundamental importância. Pois, é este documento que direciona todo o trabalho realizado dentro da escola. O que acontece muitas vezes, é que por falta de integração entre a escola e a comunidade escolar, ou por outros motivos, a escola pode não conseguir se organizar para que haja momentos coletivos de construção do documento. Assim, tornando o PPP não democrático e tendo influência de poucas pessoas em sua construção, correndo o risco de não traduzir a realidade escolar. É pensando nesse cenário, que este estudo pretendeu ser capaz de refletir sobre a construção do PPP nas escolas de Foz, para que então, juntamente com professores e pesquisando grandes autores do tema, pudesse indicar formas de planejar esses momentos de construção coletiva, para que seja fortalecida a democracia nas escolas da cidade.

Em relação à composição das partes que compõem a obra, foi organizada em quatro momentos: primeiro traz algumas considerações em relação aos conceitos acerca do projeto político-pedagógico. No segundo momento, trata da relação entre a gestão democrática e o projeto político-pedagógico, de como a construção do documento colabora para a democratização da escola. Já no terceiro momento, buscou apresentar os resultados da pesquisa que foi realizada com os professores sobre o PPP. Por fim, no quarto momento, dissertou a cerca de possíveis caminhos para uma construção democrática do projeto político-pedagógico.

Por fim, em relação à pesquisa, ressalta-se que este estudo foi fruto de pesquisas bibliográficas e se fundamenta essencialmente nas legislações vigentes, e na bibliografia existente sobre o tema, principalmente nas obras da autora Ilma Passos Veiga. Metodologicamente o estudo também foi fruto de uma pesquisa que foi aplicada e quantitativa, que buscou traduzir em números e gráficos, experiências de professores em relação ao processo de construção do PPP.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Apontar possíveis soluções para tornar a construção do Projeto Político-pedagógico mais democrática dentro das escolas municipais de Foz do Iguaçu.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Pesquisar fontes bibliográficas em relação à construção do PPP e dos efeitos que essa construção causa no ambiente escolar;
- b) Traduzir em resultados quantitativos as experiências que os professores pesquisados informarem por meio de questionário;
- c) Indicar possíveis soluções para construções coletivas do PPP.

Esta pesquisa realiza-se como uma forma de apontar possíveis soluções para tornar a construção do Projeto Político-pedagógico mais democrática dentro das escolas municipais de Foz do Iguaçu. Isso é de extrema relevância, pois além de fazer cumprir a lei, a construção coletiva deste documento contribui para a criação de um projeto de ensino idealizado por todos os agentes da escola.

Sendo assim, quando a elaboração do PPP se torna democrática, se abre caminhos para uma construção mais real do documento. Dessa forma, o PPP pode assumir o seu papel de condutor das ações pedagógicas desenvolvidas na escola, contribuindo para que a unidade escolar exerça sua identidade pedagógica.

No que se refere às construções do PPP nos dias atuais, se nada for feito para que se corrija a forma de construir esse documento, haverá muitas escolas sem identidade própria, escolas que não conhecem seus objetivos, suas visões, sua metodologia, seus critérios avaliativos, seus procedimentos mais básicos e ainda menos abertas ao diálogo.

Por fim, este estudo é significativo quando busca formas de democratização da escola, especialmente na construção do PPP. Quando o processo de construção deste documento for de fato democrático, teremos escolas capazes de compreender

suas visões, seus objetivos, sua missão, de respeitar e valorizar opiniões iguais e diferentes, na busca de uma escola de qualidade.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CONCEITOS ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

No sentido etimológico, Ferreira indica que:

[...] o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para adiante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação. (FERREIRA, 1975, p.1.144).

Complementando esse significado, é interessante lançar luz ao que Veiga (1988) compreende por projeto político-pedagógico:

[...] uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (SAVIANI, 1983, p.93)

Nesse sentido, pode-se compreender que as ações que são planejadas no momento da construção do PPP terão um objetivo, buscarão algo dentro da unidade de ensino. Por isso é tão necessário que essa construção seja coletiva, pois dessa forma o PPP poderá fazer sentido para as pessoas que fazem parte da escola e que aplicarão na prática o que o documento direcionar.

Além disso, o momento da construção/reelaboração do PPP é uma das formas de transformar a realidade da escola, as metodologias, as visões, as formas de avaliar... Pode-se observar em relação a esse momento o que Gadotti (1998) afirma:

[...] o projeto político-pedagógico da escola pode ser considerado como um momento de renovação da escola. Projetar significa "lançar-se para frente", atrever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. (GADOTTI, 1998, P. 18-19).

Por isso, que os momentos de pensar o PPP da escola precisam ter representatividade da comunidade escolar. Quando a gestão compreende a importância de momentos de debate sobre a situação da escola e se põe no papel de articuladora de ideias, há momentos de se repensar as responsabilidades de cada um dentro de um projeto de educação de qualidade.

Outro conceito relevante sobre PPP é feito por Neves (2013), a autora sintetiza muito bem ao afirmar que o documento é:

[...] um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (NEVES, 2013, p. 110).

De acordo com a autora, o PPP servirá como uma diretriz para todo o trabalho realizado na escola, pois é nele que estarão contidas informações sobre o como esse trabalho deve ocorrer, sob quais filosofias, de que forma. Por isso então, é extremamente necessário que todos os agentes da comunidade escolar conheçam o documento, sobretudo os funcionários das escolas, pois estes devem ter suas práticas alinhadas ao PPP.

A autora ainda ressalta a ideia contratual do PPP. O que dá logicidade a essa ideia é o fato de que todos deverão estar alinhados ao documento. Logo, é justo que todos contribuam para sua construção/reformulação. São nos momentos de debate, contribuições e até mesmo de supressões de partes do antigo documento (se houver), com a contribuição de representantes de toda a comunidade escolar, que o PPP vai sendo construído democraticamente e revelando ao fim a identidade da escola com todas as suas especificidades.

Outra definição significativa é feita por Maia e Costa (2013), onde expressam que o projeto político-pedagógico é:

[...] um processo democrático de tomada de decisões, que trata sobre a mesma forma de organização do trabalho pedagógico, considerando os conflitos e as contradições existentes na esfera escolar e, ao mesmo tempo, propõe as superações dos problemas, sempre voltando à realidade específica e com um caráter contínuo e interativo. (MAIA; COSTA, 2013, p. 40)

No que tange à definição dos autores sobre o PPP é válido ressaltar que o documento não tem a intenção de esquecer os conflitos que existem na escola. Ao contrário disso, as reuniões que servem para discutir o documento, buscam superar esses conflitos, propondo formas de se fazer e pensando junto com todos os atores da escola as saídas para tudo o que possa dificultar a boa aprendizagem. Por ser um documento contínuo e interativo, permite que sempre que necessário, as

pessoas se reúnam para reformulá-lo, sempre levando em consideração o contexto real da escola.

Ainda sobre conceituação, de acordo com Maia e Costa (2013), não podemos enxergar a construção do PPP como se fosse um documento da escola apenas.

Segundo eles:

O PPP é um exercício maior que a construção de um documento: ele estabelece relações humanas, estudos sociais e aplicação de conhecimentos construídos criticamente pela comunidade escolar. Ele pode alicerçar um trabalho de transformação social ampla através do compromisso de seus participantes. (MAIA; COSTA, 2013, p. 95)

Com isso, o projeto político-pedagógico potencialmente pode ser o eixo da mudança que tanto se busca na educação. Se assim fosse, haveria escolas que transformariam a sociedade para melhor, com uma educação de qualidade e democrática, buscando uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Por fim, o PPP para Lima e Ferreira (2013) é:

[...] um instrumento norteador da vida da escola, incorporando decisões político-administrativas e pedagógicas compartilhadas por todos os corresponsáveis. Neste caso a sua intencionalidade é de materializar a gestão democrática na garantia de uma escola de qualidade real para todos, no respeito e partilha da história da educação no país e, sobretudo, no resgate do sentido de liberdade e autonomia, descentralização e emancipação. (LIMA; PEREIRA, 2013, p. 44)

Assim, o projeto político-pedagógico é o grande instrumento que os profissionais da educação e a sociedade como um todo pode utilizar para a busca de uma educação pública de qualidade. Cada pessoa assumindo o seu papel e tendo clareza do papel da escola na sociedade, poderá contribuir para que a ela possa romper qualquer tipo de dificuldade e seja cada vez mais autônoma e democrática.

## 2.2 A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A gestão das escolas públicas brasileiras devem se dar de forma democrática, como está assegurado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;” (BRASIL, 1988).

Além do disposto na Constituição Federal que foi supracitado, faz-se necessário ressaltar que há a mesma determinação acerca do ensino democrático, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (1996) no seu artigo 3º, inciso VIII.

Com isso, é sabido que a gestão democrática não pode ser exceção nas escolas públicas, já que existem inclusive legislações que a garante. Porém, muito ainda precisa ser mudado para que as escolas sejam de fato geridas de forma democrática. Em relação à gestão democrática Boschetti (2016) contribui ao dizer que:

“[...] a gestão democrática das escolas, quando eficazmente ativa, contribui para a melhoria dos processos de aprendizagem e para a formação cidadã. Porém, a sua representatividade social ainda passa por dificuldades em termos de conhecimento e compreensão, inclusive, da própria comunidade escolar, por falta de conhecimento associado aos saberes e fazeres que se processam junto à instituição de ensino;” (BOSCHETTI, 2016, p. 7).

Assim, torna-se necessário que os agentes da comunidade escolar compreendam seus papéis dentro da escola, para que a democracia seja fortalecida com uma gestão estimulada/cobrada a ser democrática.

Um dos mecanismos para que isso ocorra é a construção de um projeto político-pedagógico. Medel (2012) afirma que:

O PPP é construído na força expansiva da diversidade cultural dos membros da comunidade escolar juntamente com suas visões de mundo, raças, etnias, histórias de vida e, também, da necessidade de construção da identidade da escola que será refletida no projeto. (MEDEL, 2012, p. 5)

A autora contribui com a ideia ao apontar que o PPP deve refletir a diversidade. Por este motivo ele é um documento que deve ser feito por toda a comunidade escolar. Somente assim, ele será capaz de refletir a identidade da escola, com o alinhamento dos anseios e experiências de vida de todos os agentes da escola.

Assim sendo, para que possa ocorrer essa valorização das diferenças, melhor dizendo, das pluralidades que estão presentes na escola, é necessário haver uma gestão democrática. Veiga (2013) explicita que:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder proporciona a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a

opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2013, p.18).

Nesse sentido, para que haja na escola uma gestão democrática há a necessidade de compreender a realidade de funcionamento da escola, sobretudo no que diz respeito ao poder e sua centralização. Uma gestão democrática busca a participação do coletivo, diminuindo ao máximo os individualismos e abolindo as relações autoritárias.

Esse tipo de gestão se faz necessária, pois, de acordo com Maia e Costa (2013):

[...] fortalece a participação da comunidade escolar na construção do PPP, pois por meio dela se entende que o funcionamento da escola exige uma relação de compromisso com o processo de ensino-aprendizagem. (MAIA; COSTA, 2013, p. 73)

Assim sendo, volta-se à compreensão do PPP como um instrumento da gestão democrática. Onde terá como um de seus papéis o de proporcionar o conhecimento sobre o compromisso que cada agente da comunidade escolar tem no processo que a escola tem de ensinar o conhecimento. Lima e Pereira (2013) contribuem trazendo que:

Por meio da construção do Projeto Político-Pedagógico, a escola é levada a refletir sua própria realidade e o processo de ensino-aprendizagem com uma qualidade melhor e passível de mudanças. O Projeto Político-Pedagógico expressa em seu contexto os valores, convicções e práticas educativas da escola, dos alunos e da comunidade. Portanto o PPP é o resultado do exercício participativo, do qual a escola reúne condições para refletir e transformar sua realidade, obtendo autonomia e legitimando a gestão colegiada, ponto central da gestão democrática. (LIMA; PEREIRA, 2013, p. 44)

Desse modo, o processo de reflexão deve estar está intrínseco na construção do PPP permite que a comunidade escolar discuta e reflita sobre as ações ocorridas na escola, com vistas às melhorias que podem ser adotadas para que o processo de ensino-aprendizagem de dê de forma democrática e significativa. Quando a gestão promove a participação dos atores da escola na reelaboração do PPP cria-se um espaço de diálogo a fim de transformar, para melhor, o ambiente escolar como um todo.

Para complementar o entendimento da relação entre a gestão democrática e o PPP, é oportuno analisar o que Bussmann (2013) explicita:

[...] a gestão escolar que, para viabilizar um projeto político-pedagógico globalizador e interdisciplinar, deve prever formas democráticas de organização e funcionamento da escola, incluindo as relações de trabalho em seu interior. Relações de trabalho que devolvam à escola seus principais agentes e atores: alunos e professores, coadjuvados direta e permanentemente pelos pais, que representam e trazem consigo a realidade circundante, por dela ser parte. (BUSSMANN, 2013, p.50).

Desse modo a escola poderá ir se constituindo como um ambiente agradável, propício ao ensino e, sobretudo, democrático. O momento em que o PPP está sendo discutido, as formas de organização e funcionamento da instituição de ensino podem ser criadas, aprimoradas ou reformuladas. Levando em conta todos os que atuam na educação dos alunos, de forma direta ou indiretamente, para que o contexto em que vivem seja considerado. Assim sendo, possibilita a construção de um PPP que revelará a real identidade da escola, com vistas à promoção de uma gestão participativa e uma escola democrática.

Para que essa gestão de fato possa ocorrer dentro do ambiente escolar, é preciso ter consciência do papel da direção e da equipe pedagógica nesse processo. Conforme Maia e Costa (2013) explicitam:

[...] é função da direção e da equipe pedagógica os momentos coletivos de discussão e de reflexão da prática educativa acerca de sua intenção política; criar estratégias e instrumentos de ampliação da participação de todos; organizar o trabalho escolar priorizando a socialização do conhecimento científico; promover a instrumentalização da comunidade escolar para melhor compreensão e enfrentamento dos desafios educacionais; possibilitar o estabelecimento de relações cooperativas e justas; além de intervir nas relações e nas práticas escolares em função do PPP da escola. (MAIA; COSTA, 2013, p. 94)

Nesse sentido a direção e a equipe pedagógica são consideradas essenciais para a promoção de medidas efetivas dentro da escola na transformação para um ambiente mais democrático e participativo. São eles que poderão dar condições para que a discussão acerca de políticas educacionais adotadas pela escola aconteça. Para posteriormente, com base no PPP, desenvolver seus trabalhos apontando reajustes necessários para que todos da escola estejam alinhados ao PPP da escola.

Os autores Maia e Costa (2013) continuam dissertando a respeito do papel e das responsabilidades, apontando que:

O papel do pedagogo na realização do PPP é o de coordenar, elaborar e acompanhar sua efetivação, não como mentor, mas como responsável pela sua promoção. Assim, junto com a direção, ele deve promover reuniões e

grupos de estudo a fim de investigar a realidade escolar e nela intervir. (MAIA; COSTA, 2013, p. 96)

Os referidos autores, indicam também que:

[...] o pedagogo responsável pela coordenação, implantação e efetivação, nas escolas, das diretrizes curriculares, utilizando-se do PPP, do plano de ação do estabelecimento e do regimento escolar, sempre em consonância com as políticas educacionais vigentes tanto no âmbito nacional quanto no estadual e municipal. (MAIA; COSTA, 2013, p. 96)

De acordo com isso, o PPP será para a equipe gestora, ainda mais para o pedagogo (coordenador) como um suporte, que direcionará as contribuições e deliberações que eles darão e tomarão dentro da escola. Eles ainda deverão promover as reuniões para ajustes ao texto, sempre que sentirem – não somente eles – que o PPP já não traduz mais a realidade da escola.

É por esse motivo também, que deve ser construído coletivamente, pois é ele quem vai direcionar todo o trabalho desenvolvido dentro da escola. Nesse sentido, Lima e Pereira (2013) reforçam que:

O PPP, ao ser construído coletivamente, portanto, é uma expressão do anseio coletivo como atividade-meio, na criação de reflexão, estabelecimento de metas e organização do trabalho pedagógico na escola a superação de conflitos, no rompimento com o sistema autoritário e hierárquico, orientando-se pelo esforço democrático de ação. (LIMA; PEREIRA, 2013, p. 43)

Então, se o PPP for de fato entendido como esse instrumento que proporciona reflexão, estabelecimento de metas e organização da escola como ambiente de ensino, entre outras várias funções, ele será um grande aliado na construção de uma escola mais democrática e de qualidade.

### 2.3 POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Inicialmente, antes de tratar de alguns possíveis caminhos para uma construção democrática do projeto político-pedagógico, precisa ficar claro que não há somente uma forma pronta e acabada para seguir na hora de construir o PPP. Cada equipe pedagógica, cada escola, deverá desenvolver o seu projeto político-pedagógico alicerçado no contexto em que a escola está inserida. O que existe, são algumas orientações que podem ser levadas em conta, que se observas, poderão

oportunizar uma construção de um PPP democrático, participativo e identitário para a escola.

No que se refere à obrigatoriedade de se ter um projeto político-pedagógico, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) define que: “Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I- elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]” (BRASIL, 1996).

Essa elaboração do projeto político-pedagógico deve ser sempre coletiva, com representatividade de toda comunidade escolar. Ainda sobre esse momento, Veiga (2004) acrescenta que:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2004, p.38).

Nesse sentido, quando a construção do PPP ocorre de forma que todos possam participar, fortalecemos os princípios da gestão democrática na escola. É oportunizando momentos para a comunidade escolar expor opiniões e junto com a direção escolar, encontrar soluções para melhorias da educação, que se torna possível a construção de um PPP real, capaz de romper antigos padrões e democratizar o espaço da escola. Nesse cenário, Maia e Costa discorrem que:

O PPP configura a identidade do espaço escolar a partir de sua elaboração, discussão e avaliação. Nele estarão refletidos a autonomia e os valores éticos, sociais, culturais e políticos nos quais está ancorado. (MAIA; COSTA, 2013, p. 41)

Nesse sentido que o PPP assume seu papel de identidade da escola. Pois é nele que estão contidas todas as informações acerca do que a escola pensa, faz e projeta. Assim sendo, na construção do documento é necessário que algumas informações estejam contidas nele. São essas informações que apresentarão a escola para qualquer pessoa que a desejar conhecê-la.

De acordo com a sugestão do Ministério da Educação (2016), um PPP deve apresentar alguns componentes importantes. São eles:

- 1- Contextualização histórica e caracterização da escola – informações que fortalecem a identidade da instituição;
- 2- Diagnóstico de indicadores educacionais – relação dos indicadores educacionais da escola. Ex: matrícula, fluxo, proficiência;

- 3- Missão, visão e princípios da escola – Por que a instituição existe? (missão), o que quer ser? (visão) e o que norteia as decisões? (princípios);
- 4- Fundamentação teórica e bases legais – dispositivos legais e normativos que respaldam a atuação escolar na comunidade/ território.
- 5- Plano de ação – quais os projetos institucionais a serem realizados, atividades, eventos escolares e sua relação com os direitos à aprendizagem, quais as formas de acompanhamento, avaliação do plano de ação, prazos e responsáveis pela execução de cada ação. (MEC, 2016, p.18)

Apesar dos componentes acima citados serem relevantes, não é o bastante para se tenha um PPP democrático. O que definirá isso é a forma como ele será construído. O Ministério da Educação (2016), também disponibilizou uma proposta de como essa construção pode ocorrer:

- 1ª etapa – Envolvimento e sensibilização da equipe da escola para promover o engajamento e a visão de conjunto do trabalho a ser realizado.
- 2ª etapa – Planejamento coletivo para organizar o processo e definir as atribuições de cada participante; pode conter informações sobre ações, etapas, duração e responsáveis.
- 3ª etapa – Levantamento para coletar dados e fazer um diagnóstico sobre a escola.
- 4ª etapa – Mobilização da comunidade escolar externa (pais e familiares, responsáveis, vizinhos) para participar.
- 5ª etapa – Análise e socialização dos dados e definição de prioridades para estabelecer metas com a comunidade escolar.
- 6ª etapa – Elaboração e validação do texto do documento.
- 7ª etapa – Socialização da versão final.
- 8ª etapa (permanente) – Uso do documento como referência para nortear a tomada de decisões no cotidiano escolar. (MEC, 2016, p. 25)

Todas essas etapas sugeridas pelo MEC são muito importantes e é preciso que em cada uma delas a comunidade escolar assuma seu papel na construção de uma escola mais justa e democrática.

Ao tratar dos momentos de construção do PPP, é preciso ter claro o que Veiga (2013) indica:

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (VEIGA, 2013, p.14).

Com isso, quando a escola assume seu papel de construtora de um projeto político-pedagógico e compreende a necessidade de ser fazer isso de forma coletiva e democrática, ela está ao mesmo tempo conquistando sua autonomia como espaço único e plural. É fundamentada no diálogo e na participação de todos, que juntos, os atores da escola podem refletir sobre as dificuldades encontradas pela escola, na busca de romper elas de forma conjunta.

Os discursos acerca do PPP sempre vêm carregados com palavras do tipo: democracia, participação, reflexão, diálogo e autonomia. Isso pode ser compreendido quando Veiga (2013) escreve que:

[...] a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade. (VEIGA, 2013, p.15).

É preciso lembrar que para que a escola consiga sua autonomia e qualidade, o PPP, juntamente com a gestão democrática, são pilares fundamentais. É através deles que o diálogo e a reflexão vão ocorrer, e que a comunidade escolar como um todo assumirá seu papel na busca de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Porém, cada escola precisará unir forças para construir seu projeto de forma efetiva e eficaz. Bussmann (2013) aponta que:

Por razões pedagógicas e técnico-administrativas, inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, são reforçados hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto político pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas, fundamentalmente de implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorizado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola, de sua prática, e consciente, também, de que seus resultados não são imediatos. (BUSSMANN, 2013, p.37).

Nesse sentido é válido ressaltar que o PPP não será algo terminado para sempre. Será necessário um processo de ação-reflexão contínuo para acompanhar se as medidas propostas no documento estão sendo cumpridas e se estão funcionando. Ao fazer isso, os agentes envolvidos precisam compreender que os resultados poderão não ser imediatos, mas que com os ajustes necessários e a participação de todos, ele será positivo.

Em suma, os princípios que devem nortear a construção do projeto político-pedagógico de uma escola estão apresentados no art. 3º da LDB (Lei nº 9.394/1996), indicados a seguir:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;  
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Já em relação à participação da comunidade escolar na gestão democrática e consequentemente na participação da construção do PPP, é válido ressaltar que o art. 14 da mesma lei, aborda em seu texto:

- Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
  - II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Observados os pontos supracitados, o projeto-político da escola refletirá sua identidade, será um mecanismo de gestão democrática da escola pública e incentivará a todos a buscar uma educação de qualidade, ampara nos princípios da democracia, da justiça, da igualdade e da participação.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Em relação à pesquisa, de acordo com Gil (2008), pode-se afirmar que é aplicada, quantitativa, exploratória e de levantamento.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada indicando soluções para um determinado problema. Já em relação à forma de abordagem, a pesquisa é quantitativa, traduzindo em números e gráficos experiências de professores, coordenadores e diretores, em relação ao processo de construção do PPP. No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é exploratória, fazendo levantamento bibliográfico acerca do tema. Por fim, em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de levantamento, pois as informações são obtidas com um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado por meio de interrogação direta às pessoas (levantamento de dados através de questionários).

#### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu possui 50 escolas municipais. Nestas escolas trabalham um total de 1.793 profissionais da educação, destes 203 são coordenadores, 50 diretores e o restante, professores.

Participaram da pesquisa 121 profissionais da Rede. Estes foram selecionados através de grupos escolares em um aplicativo de mensagens, por estarem presentes nas escolas e terem (teoricamente) contato com o PPP.

#### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu por meio de um questionário online conforme pode ser visto no Apêndice. Nesse questionário houve questões a respeito de como a construção/atualização do PPP vem ocorrendo em algumas escolas municipais da cidade de Foz do Iguaçu. Como a pesquisa tinha a meta de atingir 100 respostas, o questionário foi divulgado em grupos de um aplicativo de conversas, nos quais, professores, coordenadores e diretores, tiveram acesso a ele e puderam responder. O questionário continha nove questões de múltipla escolha e não solicitava que a pessoa que fosse responder, se identificasse – isso foi relevante para que os

pesquisados se sentissem destemidos de serem sinceros. A pesquisa reuniu ao todo 121 respostas.

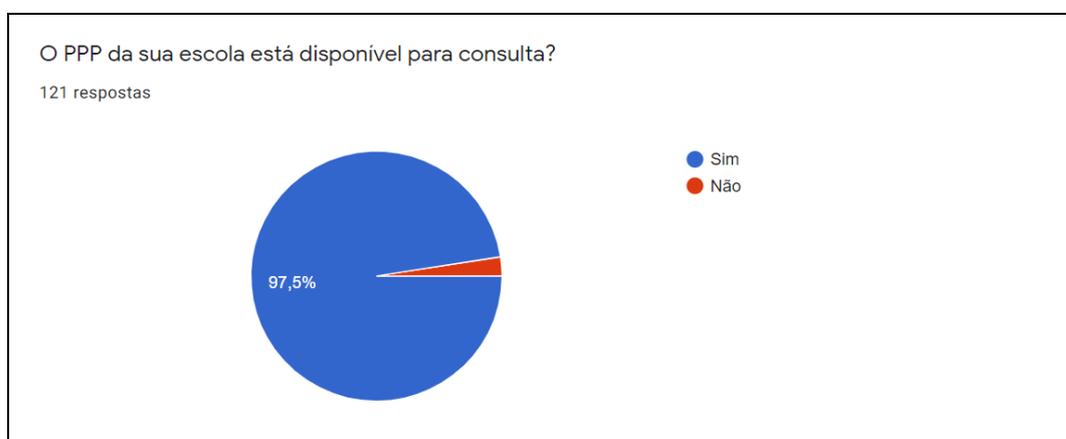
### 3.4 ANÁLISES DOS DADOS – OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU

No início do questionário, quando perguntados qual função desempenha na escola, no Gráfico 1 pode-se ver que a maioria dos entrevistados foram professores, seguidos de coordenadores e diretores. Isso é muito interessante, pois segue a lógica quantitativa de cargos no município de Foz, que possui diretores em menor número que coordenadores e estes em menor número que professores.



**Gráfico 1: Distribuição dos pesquisados referente aos cargos que ocupam.**  
Fonte: Próprio autor.

Já quando questionados sobre a publicidade dos Projetos Políticos-Pedagógicos, 2,5% dos pesquisados informaram que este documento não está disponível para consulta nas escolas em que trabalham – como indica o Gráfico 2.



**Gráfico 2: Publicidade do PPP nas escolas onde os profissionais atuam**

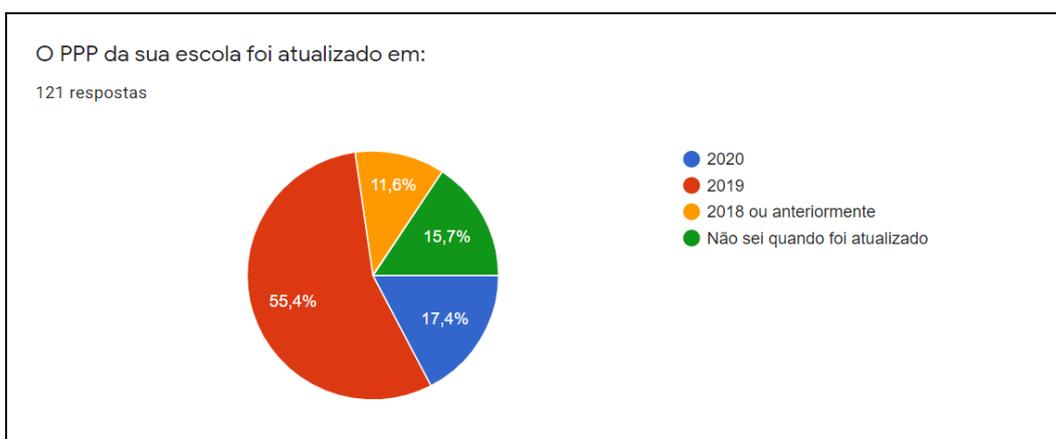
Fonte: Próprio autor.

Mesmo que seja baixo o número de profissionais que afirmaram que o PPP não estava disponível ao público, ainda causa preocupação, visto que o PPP é um documento da escola que deve ser disponibilizado a todos que o solicitarem sua leitura. Essa necessidade fica mais evidente se lançarmos luz ao que dizem MAIA e COSTA (2013) sobre a identidade da escola, que está contida no PPP:

A identidade da escola é definida por um conjunto de caracteres próprios e exclusivos que apresenta. Ela está ligada à sua história de construção, às formas como são desenvolvidas suas atividades, aos objetivos apresentados, aos seus desejos e sonhos e às metas que pretende alcançar. A identidade permite que a escola se perceba como um todo e possa ter consciência de si como instituição. (MAIA; COSTA, 2013, p. 56)

Desse modo, qualquer pessoa que se interesse pelo trabalho desenvolvido pela escola, que queira saber sobre o desenvolvimento de suas atividades e objetivos, sobre metas que ela pretende alcançar, deveria ter a oportunidade de acessar o PPP. Não só porque a escola pública é – como o próprio nome já diz – de todos, mas também porque é pelo PPP que as pessoas conhecerão e entenderão as ações desenvolvidas pela instituição, que é única.

No que se refere à atualização do PPP, de acordo com o Gráfico 3, a maioria dos documentos foram atualizados no ano de 2019, seguidos por 2020 com 17,4% dos documentos. Atualizados em 2018 ou anteriormente somam 11,6% e 15,7% dos entrevistados não souberam responder.

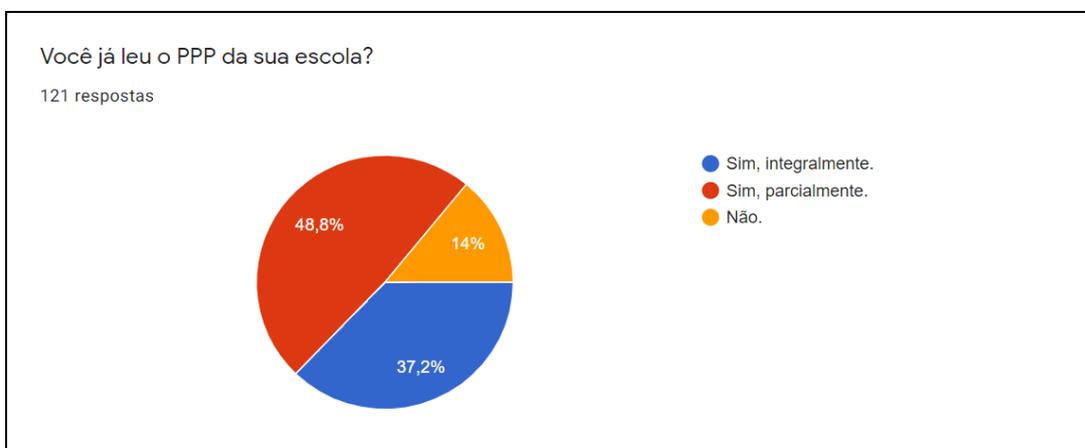


**Gráfico 3: Ano da atualização do PPP nas escolas onde os profissionais atuam**  
Fonte: Próprio autor.

Sobre essa atualização do documento, é válido ressaltar que deve ocorrer sempre que necessário, sem dependência de datas/períodos. O que precisa ser

compreendido é que o PPP é um documento passível de mudanças a qualquer momento. É preciso enxergar que ele deve refletir todas as ações que ocorrem na escola, pois é nele que a escola tem sua identidade materializada. Sendo assim, é interessante que revisemos o texto do PPP, no mínimo anualmente, se não for necessário antes.

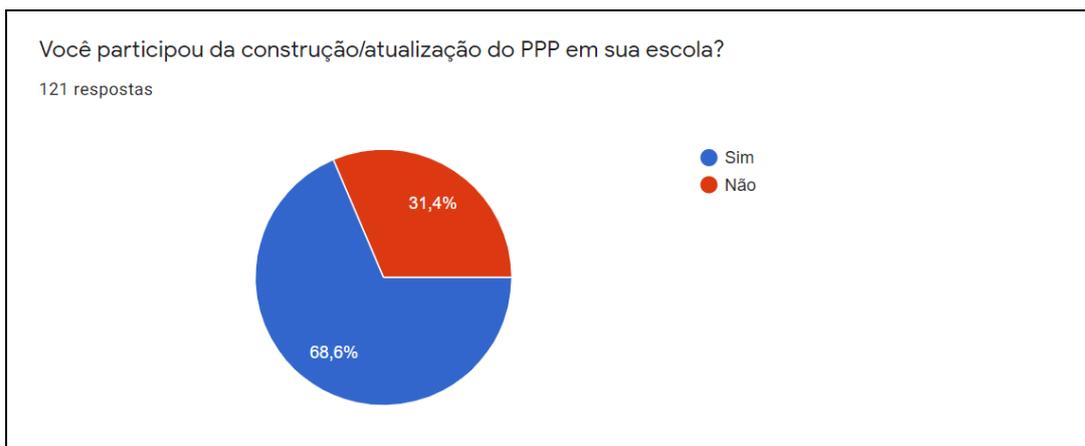
A pesquisa também abordou o conhecimento dos entrevistados sobre o texto do PPP. De acordo com o Gráfico 4, dos profissionais da educação pesquisados, 48,8% leram parcialmente o PPP de sua escola, seguidos por apenas 37,2% que leram integralmente e 14% que não leram o documento.



**Gráfico 4: Nível de conhecimento dos profissionais sobre o PPP das escolas onde atuam**  
 Fonte: Próprio autor.

O que impressiona nesses dados é que a maioria dos entrevistados declara que não conhece o PPP em sua totalidade. É sabido que esse documento revela a identidade da escola, suas visões de sociedade, de educação, suas metas, seus anseios e projetos, as metodologias aplicadas, os referenciais teóricos adotados etc. Com isso, um profissional que atua em uma escola da qual não conhece integralmente o projeto político-pedagógico, dificilmente desenvolverá um trabalho alinhado com ele.

Quando perguntados sobre se participaram da construção/atualização do PPP nas escolas em que trabalham, 68,6% dos professores, coordenadores e diretores, disseram que participaram. Os que não participaram somam 31,4% das respostas, como pode ser visto no Gráfico 5.



**Gráfico 5: Participação dos profissionais na construção ou atualização do PPP nas escolas onde atuam.**

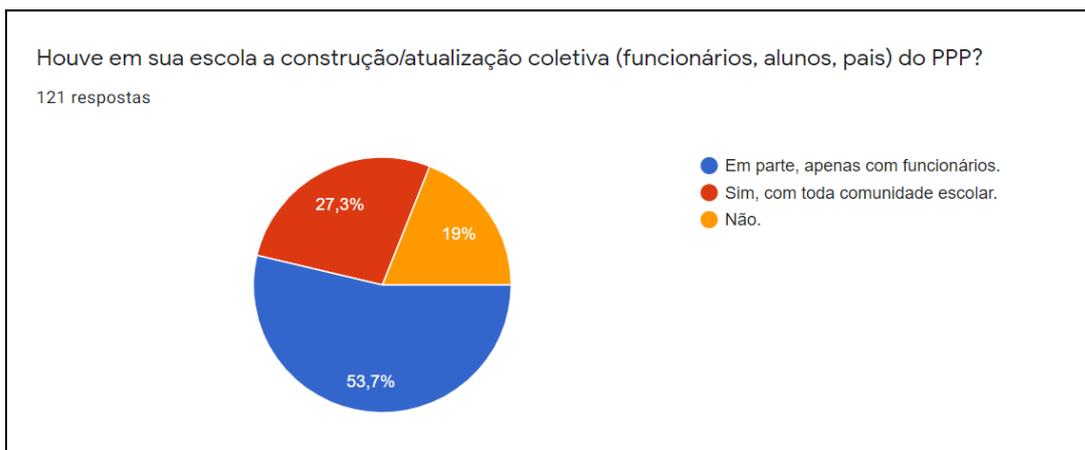
**Fonte: Próprio autor.**

Considerando que o município de Foz tem tido um elevado índice de aposentadoria e conseqüentemente novas contratações, poderíamos justificar alguns poucos casos com esse argumento. Mas certamente não chegaria aos 31,4% dos profissionais não participantes. Esse grau alto de defasagem da participação na construção/atualização do PPP, de acordo com Veiga (2013) prejudica a busca da gestão democrática, que:

[...] inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. (VEIGA, 2013, p.18).

Nesse sentido, se é entendido que a atualização do PPP é parte fundamental para tomada de decisões, pois é nele, que elas deverão estar alicerçadas, a participação de todos os profissionais da escola se faz indispensável. Somente com a participação de todos eles, ou pelo menos da maior parte deles, é que as decisões e posicionamentos ali adotados, contribuirão de forma mais efetiva para a construção de uma gestão escolar democrática e participativa.

Outra questão abordada no questionário foi se houve na escola a construção ou atualização do PPP de forma coletiva, ou seja, com funcionários, pais, alunos e representantes da sociedade. A pesquisa apurou que nas escolas de 53,7% dos profissionais da educação houve a construção/atualização apenas com funcionários da escola. Já 27,3% responderam que houve com toda a comunidade escolar. Não houve a construção coletiva em suas respectivas escolas, de acordo com 19% dos entrevistados. Os dados representados no Gráfico 6, causam certa preocupação.



**Gráfico 6: Construção ou atualização coletiva do PPP nas escolas onde os profissionais atuam.**

**Fonte: Próprio autor.**

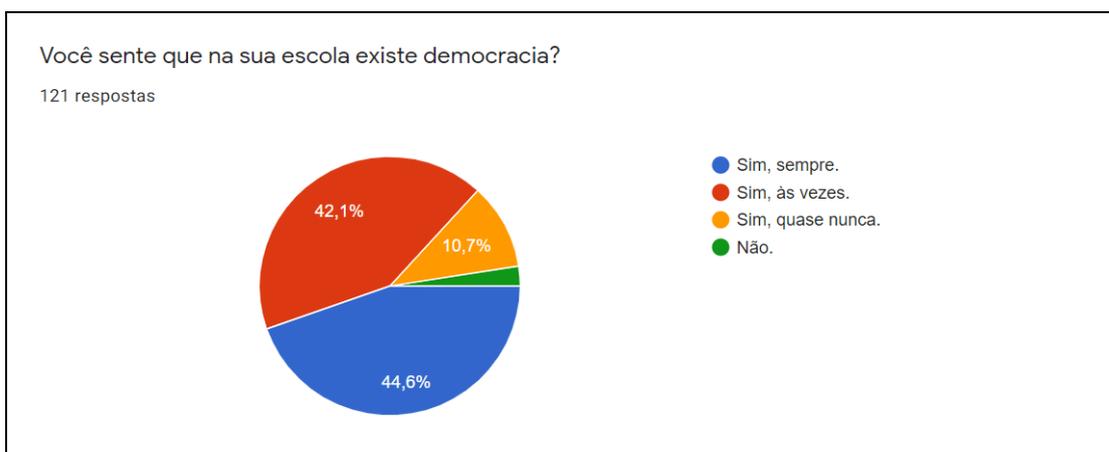
Ao analisar o Gráfico 6, percebe-se que uma parcela pequena dos entrevistados experienciaram uma construção de um PPP real, vivo e identitário. Isso fica claro quando há a representação de todos os atores que fazem parte da escola, direta ou indiretamente. Em alguns casos, pais e representantes sociais não são incluídos nas reuniões para discutir o PPP com alegações como: os pais não sabem o que é PPP; os pais não compreendem as questões abordadas nesse tipo de reunião; os pais não se interessam em participar; os pais não reconhecem a escola como um espaço de promoção da cidadania. Essas afirmativas se fazem presentes na escola quando o assunto é PPP. Analisando-as, todas culpabilizam de certa forma os pais pela não participação e isentam a escola de qualquer responsabilidade. Lima e Pereira (2013) endossam que:

Um planejamento ou Projeto Político-Pedagógico se constitui como canal legítimo de democracia quando, ao convocar os atores sociais para sua elaboração, clarifica-lhes sua importância e significado no processo de reconstrução social e na formação da cidadania, quando é tornado e validado também como um possível instrumento de educação para a comunidade. (LIMA; PEREIRA, 2013, p. 46)

Nesse sentido, as escolas assumindo um papel de mediadora do conhecimento também com os pais e a comunidade, poderiam ter as relações com estes fortalecidas, cumpriram sua função social, que é a de ensinar o conhecimento de modo que se aprenda, com grandes aliados. Se isso ocorresse, e os pais compreendessem então que têm muito a contribuir com a escola, certamente se construiria ali um local de debates por melhorias e luta por uma educação de

qualidade. Os pais deixariam o papel de expectados (que muitos hoje exercem) e seriam grandes aliados na construção de uma escola forte, justa e de qualidade.

Em outra pergunta, os entrevistados responderam que sentiam que na escola em que trabalhavam, existia democracia. De acordo com o Gráfico 7, 44,6% dos candidatos responderam que sempre existe. Seguidos por 42,1% que afirmaram que existe, porém às vezes. Já 10,7 afirmaram que quase nunca existe democracia nas escolas em que trabalham. Não existe democracia na escola de acordo com 2,6% das respostas.



**Gráfico 7: Percepção dos profissionais sobre a existência de democracia nas escolas**  
 Fonte: Próprio autor.

De acordo com o gráfico, pode-se perceber que apenas 44,6% dos entrevistados estão em escolas que cumprem o disposto na Lei nº 9.394/1996 (LDB) em seu Art. 3º que define com base em quais princípios o ensino deverá ser ministrado: “VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;”. Sendo assim, é necessário que a equipe gestora se reorganize e com a ajuda dos funcionários e comunidade escolar, discutam as relações dentro da escola, com vistas à busca de mecanismos que promovam relações democráticas e que seja uma realidade sempre na escola.

Quando questionados acerca do respeito que sentiam por parte da gestão, como funcionários da escola, em relação a sugestões e ideias dadas, 79,3% dos entrevistados disseram que podem se expressar abertamente na escola. Com 9,9% das respostas, os funcionários alegaram que procuram não se expressar, seguidos de 8,3% dos que não se sentem respeitados/ ouvidos quando se expressam. Os que não possuem oportunidade de se expressar na escola, somam 2,5% das respostas – de acordo com o Gráfico 8.

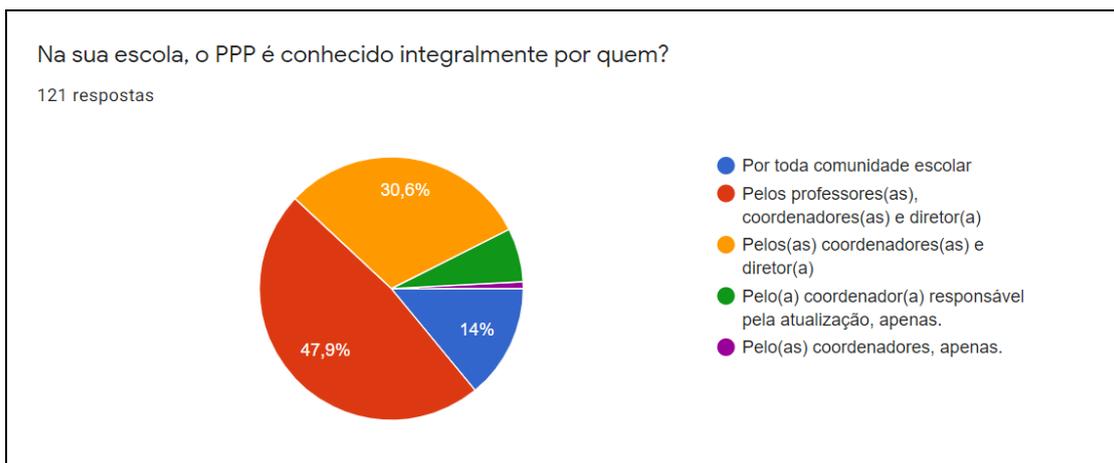


**Gráfico 8: Percepção dos profissionais sobre o respeito da gestão da escola em relação às suas ideias, opiniões ou sugestões.**

**Fonte: Próprio autor.**

Por mais que haja uma grande porcentagem de pessoas que se sentem confortáveis em se expressar na escola, a escola precisa trabalhar que ninguém da escola seja desrespeitado ou ignorado. Inclusive as pessoas que optarem por não se expressarem, precisam ter a liberdade para fazer quando sentirem vontade. Desse modo, o ambiente escolar torna-se cada vez mais um democrático, onde há liberdade e respeito a ideias e opiniões.

Por fim, quando perguntados sobre quem na escola conhece integralmente o PPP, o Gráfico 9 demonstra que em 47,9% das respostas indicam que o PPP é conhecido pelos professores, coordenadores e diretor(a). Em 30,6% das respostas, o documento é conhecido pelos coordenadores e diretor(a). De acordo com a pesquisa, 14% indicaram que o PPP é conhecido por toda comunidade escolar, seguidos de 6,6% que apontam que é conhecido apenas pelo coordenador responsável pela atualização. Aqueles que indicaram que somente os coordenadores conhecem o PPP integralmente somam 0,8% das respostas.



**Gráfico 9: Integrantes da comunidade escolar que conhecem o PPP integralmente**  
**Fonte: Próprio autor.**

Desse modo, fica evidente que pouco menos da metade dos profissionais da educação conhecem o PPP de sua escola. Quando se observa o grau de conhecimento pela comunidade escolar como um todo (professores, coordenadores, diretores, alunos, zeladores, merendeiros, pais, representantes da comunidade local) esse número é ínfimo. Isso toma um caráter preocupante, pois é pelo conhecimento do documento em questão que todos os envolvidos com a educação daquele lugar (a escola) conheceriam a identidade dela, sua forma de ensinar e de conceber as coisas. Assim sendo, poderiam contribuir de forma mais eficaz, direta ou indiretamente, para que os alunos aprendessem, para que a escola se tornasse cada vez mais autônoma e de qualidade. Esse conhecimento sobre o PPP é percebido como relevante frente ao exposto por Veiga (2013):

O projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. (VEIGA, 2013, p.17).

De acordo com a autora “todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar”, uma das razões para isso ficar claro para todos é que os alunos receberão a formação formal e informal ao mesmo tempo. Ou seja, na escola ele estará aprendendo com acesso aos conteúdos didáticos e tendo experiências sistematizadas e intencionais pedagogicamente. Já na família e na comunidade como um todo, principalmente a local, receberá outros ensinamentos, que deveriam estar alinhados para a busca de formar o cidadão e a sociedade

desejados. Infelizmente, isso ainda não é uma realidade, mas só com o fortalecimento do PPP e sua efetivação, é que esse cenário se fará possível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o projeto político-pedagógico como um documento da escola que reflete sua identidade e autonomia, é evidenciado que todos os profissionais da educação e o restante da comunidade escolar devem conhecê-lo. Pois é um documento que contempla todas as ações que ocorrem dentro de uma escola. Por isso, a pesquisa mostrou que deve ser construído coletivamente com a participação de toda a comunidade escolar.

Essa construção se mostrou necessária, pois, além de ser indispensável para a elaboração de um PPP real e contextualizado, pode também ser um mecanismo para a prática da gestão democrática dentro das escolas.

Nesse sentido a pesquisa desenvolvida e aplicada aos profissionais da educação do município de Foz do Iguaçu, indicou vários cenários que precisam ser superados para que o PPP seja implementado de fato nas escolas do município. Seja por desconhecimento do documento por parte dos próprios profissionais, seja por falta de uma construção coletiva e democrática.

Esse estudo foi pautado em pesquisas bibliográficas e tendo como base as experiências dos profissionais da educação do município em questão, que se buscou indicar possíveis caminhos para superar os desafios da implementação do documento. A pesquisa também ressalta que não existe uma fórmula única para ser seguida, mas a necessidade de ser observados alguns pontos, para que todas as escolas possam desenvolver seus PPPs de forma democrática e participativa.

Além disso, a pesquisa também constatou que existe a necessidade de uma integração maior entre os atores que deveriam estar envolvidos no processo de construção do PPP. Portanto, é fundamental que ações sejam realizadas para a superação dessa problemática e de outras abordadas na pesquisa, realizada com os profissionais da educação, que afetam como um todo o processo educacional do município de Foz do Iguaçu. Ações essas, que se sintetizadas em duas partes, teriam grande potencial para solucionar esses reveses, são elas: 1) Supervisionamento por parte da Secretaria Municipal da Educação da publicidade dos PPPs nas instituições de ensino e de suas atualizações; 2) Destinação de dias específicos no calendário escolar para construção/ atualização/ estudo, coletivos do PPP, nas unidades de ensino. Com essas ações adotadas, provavelmente, todas as

questões levantadas pela pesquisa teriam resultados diferentes dos quais obtive, resultados mais favoráveis.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10. Out. 2019.

BRASÍLIA, DF, Ministério da Educação. **Dia de discussão do projeto pedagógico**. 2016. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia\\_discussao\\_projeto\\_pedagogico\\_v\\_prof.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf)> Acesso em: 24 de maio de 2020.

BOSCHETTI, Vania Regina. **Gestão escolar democrática: Desafios e perspectivas**. Santa Maria. 2016.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. **O projeto político-pedagógico e a gestão da escola**. In: VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível; 29. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 37-52.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1975. p 1.144.

GADOTTI, Moacir et al. **Salto para o futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Paulo Gomes; PEREIRA, Meira Chaves. **O projeto político-pedagógico e a possibilidade da gestão democrática e emancipatória da escola**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MAIA, Benjamin Perez; COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Os desafios na construção coletiva do projeto político-pedagógico**; 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

NEVES, Carmem Moreira de. **Autonomia da escola pública: Um enfoque operacional**. In: VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível; 29. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 95-129.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível; 29. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 11-35.

## APÊNDICE

**APÊNDICE** – Questionário para Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu.

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – EaD UTFPR, por meio de um questionário, objetivando apontar possíveis soluções para tornar a construção do Projeto Político-pedagógico mais democrática dentro das escolas municipais de Foz do Iguaçu.

Local da Entrevista:

<https://docs.google.com/forms/d/13Y4ILQwMdzUaFEdVoXdfMeFwC2CwLKtiHQ235FbD3l/edit#responses>

Data: 12/05/2020 a 15/05/2020

### PARTE 1: PERFIL DO ENTREVISTADO

**Qual função você desempenha na escola?**

- Diretor(a)
- Coordenador(a)
- Professor(a)

### PARTE 2: QUESTÕES

**O PPP da sua escola está disponível para consulta?**

- Sim
- Não

**O PPP da sua escola foi atualizado em:**

- 2020
- 2019
- 2018 ou anteriormente
- Não sei quando foi atualizado

**Você já leu o PPP da sua escola?**

- Sim, integralmente.
- Sim, parcialmente.
- Não.

**Você participou da construção/atualização do PPP em sua escola?**

- Sim
- Não

**Houve em sua escola a construção/atualização coletiva (funcionários, alunos, pais) do PPP?**

- Em parte, apenas com funcionários.
- Sim, com toda comunidade escolar.

Não.

**Você sente que na sua escola existe democracia?**

- Sim, sempre.
- Sim, às vezes.
- Sim, quase nunca.
- Não.

**Como funcionário da escola, você sente que suas ideias, opiniões ou sugestões são respeitadas pela gestão?**

- Sim, posso me expressar abertamente na escola.
- Não, procuro não me expressar.
- Não, quando me expesso não sou respeitado/ouvido.
- Não, não há oportunidades de me expressar na escola.

**Na sua escola, o PPP é conhecido integralmente por quem?**

- Por toda comunidade escolar
- Pelos professores(as), coordenadores(as) e diretor(a)
- Pelos(as) coordenadores(as) e diretor(a)
- Pelo(a) coordenador(a) responsável pela atualização, apenas.